

PROCESSO	- A.I. Nº 271148.0003/99-9
RECORRENTE	- PEDREIRAS VALÉRIA S/A
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 6ª JJF n º 1593/00
ORIGEM	- INFAZ PIRAJÁ
INTERNET	- 07/03/02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0080-12/02

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MERCADORIAS PARA INTEGRAR O ATIVO PERMANENTE. Revisão fiscal efetuada pela ASTEC, reconhece que os produtos: "retardo britacon", "cordel deton" e "cordel deton britacord" tiveram os seus créditos indevidamente glosados pelo autuante. Constatado ainda que, as brocas e os catalisadores estão efetivamente inseridos no processo de produção, devendo ser os dois itens excluídos da exigência fiscal. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão não unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário pretendendo modificar a decisão da 6ª JJF que julgou o presente Auto de Infração PROCEDENTE.

O recorrente, ao tempo em que reitera todos os termos de sua defesa, em razões recursais, insurge-se contra a decisão da 6ª Junta de Julgamento Fiscal, suscitando os seguintes argumentos: nulidade da decisão de 1º grau em virtude da falta de fundamento legal para a negativa da perícia requerida, natureza intermediária dos produtos autuados.

Face à controvérsia existente, acolhendo sugestão da PROFAZ, este Colegiado converteu os autos, em diligência a ASTEC, com vista a averiguação da questão fática levantada pelo recorrente.

A ASTEC emite Parecer Técnico, fls. 951/952, tendo sido concedido vistas ao autuante e ao recorrente, sendo que este se manifesta nos termos em que, para melhor entendimento da matéria sob exame, vai a seguir transcrita: (sic).

- 01. Em plena consonância com as do recorrente, apresentadas através do Recurso Voluntário interposto, a diligente fiscal confirmou a inclusão nas listagens elaboradas pelos Autuantes, para efeito de glosa do crédito fiscal, e cobrança do imposto, dos produtos "retardo britacon", "cordel deton", e "cordel deton britacord".*
- 02. Assim considerado que a Junta de Julgamento Fiscal sequer analisou a situação de tais no processo Produtivo do autuado, por concluir que os mesmos não haviam sido incluídos na lista dos autuantes, uma vez que verificado pela diligência a inclusão destes na referida listagem, impõe-se a nulidade de todo o processo administrativo fiscal, a fim de que o PAF retorne à Primeira Instância, para que a mesma possa proferir nova decisão, sob pena de supressão de instância administrativa.*

- 03.** *Por outro lado, muito bem andou a diligência fiscal, ao concluir que as “brocas” e “catalisadores” integram o processo produtivo da recorrente, o que permite, assim, a utilização do crédito fiscal pela mesma, sob pena de violar-se o princípio constitucional da não cumulatividade do imposto.*
- 04.** *De fato, fazendo referência as conclusões chegadas pela revisora fiscal, relacionando os itens questionados, com o processo produtivo da empresa, resumidamente descrito acima, as “brocas”, são utilizadas nos marteletes pneumáticos para a perfuração dos blocos originados dos desmontes de rochas e acertos nas pistas e nos pés de bancadas. Quanto aos “catalisadores”, durante todo processo de beneficiamento o transporte do material é feito de borracha e lonas têxteis. A utilização deste item está vinculada à feitura das emendas dessas correias. Para a feitura dessas emendas é que ele é utilizado, em adição a um produto adesivo.*
- 05.** *Deflui-se, de tal conclusão, que as “brocas” são consumidas em contato direto com o pro duto final, o mesmo ocorrendo com uma infinidade de produtos constantes no Auto de Infração, e se desgastam em função desse contato. Não se pode esquecer, por fim, que no tocante aos “catalisadores”, o regulamento do ICMS traz disposição expressa admitindo a utilização do crédito quanto aos mesmos, o que encerra qualquer discussão adicional sobre a matéria.*
- 06.** *A título ilustrativo, e como reforço às razões trazidas pelo recorrente, fazemos remissão à instrução Normativa SLT – MG 1/1 de 02 de maio de 2001, através da qual, o Diretor de Superintendência da Legislação e Tributação do Estado de Minas Gerais, considerando as controvérsias estabelecidas sobre a conceituação do “produto intermediário”, colocou um ponto final na questão, quando assim disciplinou:*
- “Art. 2º - Para efeito de crédito do imposto, considera-se produto intermediário, observado o disposto na Instrução Normativa SLT nº 01, de 20 de fevereiro de 1986, todo o material, consumido nas fases do processo desenvolvido pelas empresas mineradoras, tais como: broca, haste, manto (correia transportadora), chapa de desgaste, óleo diesel, tela de peneiração, filtro, bola de moinho, amido, amina soda cáustica, dentre outros, consumidos na lavra, na movimentação do material e no beneficiamento”.*
- 07.** *A fim de facilitar a formação do Juízo de valor dos Senhores Conselheiros, estamos apresentando, também, descritivo dos insumos utilizados no processo produtivo, demonstração da contabilização dos custos industriais, parecer emitido pelo Centro de Avaliação tecnológica do INT, IN SLT 1/01 – MG, IN 01/86 – DAT/ MG e Laudo Técnico, este último subscrito por engenheiro credenciado e especializado.*
- 08.** *Ante o exposto, protesta pela NULIDADE do auto ou NULIDADE concernente aos itens não apreciados pela Primeira Instância, e, caso apreciado e mérito, pugna pelo Provimento do Recurso interposto.*

Em Parecer conclusivo, a PROFAZ, considerando presentes argumentos capazes de provocar a revisão parcial, aduz o que segue:

O fulcro do lançamento reside na utilização indevida de crédito fiscal do ICMS, em aquisições de mercadorias para integrar o ativo fixo do estabelecimento.

A diligência fiscal analisa pormenorizadamente o lançamento e conclui pela efetiva inclusão para efeito de glosa de crédito fiscal a cobrança do imposto dos produtos “retardo britacon”, “cordel deton” e “cordel deton britacord”.

Aduz, que o trabalho do diligente descreve o processo produtivo do recorrente e parece-lhe constatada que as brocas e os catalisadores estão inseridos no processo de produção executado pela Pedreira, razões pelas quais opina pelo Conhecimento e Provimento Parcial do Recurso.

VOTO

Da análise dos autos e documentação que o compõe, verifica-se que restou comprovado que a diligência efetuada pela ASTEC sanou as dúvidas existentes neste PAF.

Portanto, foi corretamente afastada a preliminar de nulidade suscitada pelo recorrente, uma vez que atendido o seu requerimento de elaboração de diligência saneadora, uma vez que a nulidade vai ser absorvida pela IMPROCEDÊNCIA dos itens atacados. (Art. 18 § 2º do RPAF).

O fulcro do lançamento reside na utilização indevida de crédito fiscal do ICMS, em aquisições de mercadorias para integrar o ativo fixo do estabelecimento.

No mérito, a diligência fiscal analisa pormenorizadamente o lançamento e conclui pela efetiva inclusão para efeito de glosa de crédito fiscal a cobrança do imposto dos produtos “retardo britacon”, “cordel deton” e “cordel deton britacord”.

O trabalho do diligente descreve o processo produtivo do recorrente contatando que as brocas e os catalisadores estão inseridos no processo de produção executado pela Pedreira.

Em consonância com o parecer da PROFAZ, o voto é pelo PROVIMENTO PARCIAL do Recurso, para excluir os produtos brocas e catalisadores e mais ainda os produtos: produtos “retardo britacon”, “cordel deton” e “cordel deton britacord” por se consumirem definitivamente no processo produtivo do recorrente. Decisão não unânime.

Assim, procedemos a exclusão dos produtos acima referidos no total de R\$292,26, referente ao crédito fiscal, glosado na ação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado e alterar a Decisão Recorrida para julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 271148.0003/99-9, lavrado contra **PEDREIRAS VALÉRIA S/A.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$47.664,62**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 61, VIII, "a", da Lei nº 4.825/89, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de fevereiro de 2002.

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO – REPR. DA PROFAZ